

As vozes que contam o atendimento à infância em Curitiba (1977 a 2003)

Elisangela Iargas Iuzviak Mantagute

RESUMO

O presente artigo aborda o uso da fonte oral para a pesquisa em história da educação e revela meandros do atendimento realizado em creches públicas de Curitiba, no período entre 1977 e 2003. O uso da fonte oral permitiu que fossem percebidas as tensões entre a prescrição e a efetivação de propostas de atendimento para as crianças de 0 a 6 anos, assim como deu visibilidade não apenas aos sujeitos que planejaram a ação educativa nas creches, como também para aqueles que efetivaram estas propostas. O uso da fonte oral permitiu visualizar que ocorria uma proposta educativa nas creches mesmo antes destas estarem sob a supervisão da Secretaria Municipal de Educação.

PALAVRAS-CHAVE: Creche. Fontes orais. História da educação infantil. Curitiba.

“Os arquivos escritos são insuficientes para descrever e, sobretudo, se compreender uma realidade tão complexa quanto a história da educação, e de que precisam ser complementados por grandes pesquisas orais que teremos a oportunidade de realizar”¹.

O uso da fonte oral nas pesquisas em história da educação é pertinente para que possamos ampliar os tipos de fontes utilizadas e também para revelar os saberes e os fazeres de pessoas muitas vezes esquecidas pela história, os muitas vezes invisíveis, mas que tiveram papel importante na construção da história da educação. Concordando com a reflexão trazida na abertura deste artigo, entendendo que os arquivos escritos, de fato contam muitas vezes a história de apenas um grupo e que o uso da fonte oral traz à pesquisa uma riqueza que só é possível por meio dos relatos dos sujeitos envolvidos naqueles acontecimentos. Barbosa (2008) revela em seu trabalho o alcance que as fontes orais têm recebido nos trabalhos de história da educação, mostrando o aumento e a importância do seu uso no Brasil.

Neste artigo, pretendo revelar por meio das fontes orais alguns dos meandros do atendimento às crianças de 0 a 6 anos em creches de Curitiba entre 1977 e 2003. A seleção dos entrevistados, que contribuíram para a produção das fontes orais, foi feita inicialmente com base nos documentos escritos consultados. Em muitos deles havia a indicação de autoria ou mesmo citava os sujeitos envolvidos no processo. O percurso foi então localizar estes *personagens* que povoavam as fontes consultadas. Realizei uma listagem destes profissionais

¹ (FERREIRA, FERNANDES, ALBERTI, 2000, p.34).

e levantamento de suas ações nas instâncias administrativas da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC). Depois da realização do levantamento dos nomes dos profissionais, fiz busca dos mesmos em diferentes meios virtuais e materiais. De posse de seus contatos, realizei uma primeira incursão explicando a proposta do trabalho e posterior agendamento da entrevista.

Muitos deles prontamente atenderam o chamado e concederam entrevistas, que em média tiveram duração de 1 hora e trinta minutos. No momento do depoimento levaram, inclusive, outros documentos pessoais que enriqueceram muito o entendimento do cotidiano, do miúdo, daquilo que ocorria nas creches e nas instâncias administrativas do período estudado. Estes achados da pesquisa, que só foram possíveis por força da entrevista consistem em certificados de cursos realizados durante o período estudado, agendas pessoais, trajetória de produção de material pedagógico (rascunhos, textos com anotações etc.), fotografias e até documentos oficiais da Prefeitura Municipal de Curitiba que não estão nos arquivos oficiais, mas sob a guarda destes personagens. Este novo corpus empírico será problematizado em trabalhos futuros.

Este exercício do historiador de produzir documentos é importante para o fazer historiográfico, pois como indica Janotti “O objetivo do historiador é a produção de documentos sobre a história e o cotejo das fontes. O relato é visto como um testemunho, a versão de um indivíduo integrante de uma coletividade”. (1996, p.58 e 60).

Neste processo de produção de documentos, foram realizadas vinte e sete entrevistas, sendo elas com oito babás/educadoras, três administradoras de creches, seis pedagogas, três assistentes sociais, uma psicóloga, uma diretora do Departamento de Atendimento a Infância – DAI, uma Secretária da Criança, três profissionais contratados para assessoria e uma professora. Esta seleção conseguiu abarcar então, profissionais de todos os escalões da administração pública de todas as gestões municipais² referentes às creches do período, assim como profissionais que passaram por todo o período histórico analisado no artigo.

Todos os entrevistados assinaram o Termo de Livre Consentimento Esclarecido e autorizaram a publicação de seus nomes na pesquisa. Dessa maneira então, a entrevista me é também um documento de pesquisa:

² As gestões da cidade correspondentes ao período são: 1977 a 1979: Saul Raiz; 1980 a 1982: Jaime Lerner; 1983 a 1985: Mauricio Fruet; 1986 a 1988: Roberto Requião; 1989 a 1992: Jaime Lerner; 1993 a 1996: Rafael Greca; 1997 a 2003: Cassio Taniguchi.

(...) a entrevista é produzida para ser monumento³. Seu caráter intencional de perpetuação de uma memória sobre o passado fica patente já na escolha do entrevistado como testemunha importante a ser ouvida. Esse caráter "monumental" é dado pelo próprio pesquisador e em geral recebe a aprovação do entrevistado, que se sente honrado e satisfeito por estar sendo chamado a dar seu depoimento. (ALBERTI, 2005, p.182).

Para as entrevistas, defini como tema central a atuação dos entrevistados nas instâncias da administração municipal curitibana responsáveis pelas creches. Com base neste tema central, elaborei para cada depoente um roteiro semiaberto, no qual listei os materiais e documentos que localizei que levavam a assinatura do entrevistado. Com base nesta documentação inicial previ algumas questões e realizei as entrevistas, que foram em sua totalidade gravadas, tendo consciência de que “uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente” (CERTEAU, 2006, p. 34). Nesse sentido a atuação do pesquisador para a feitura do documento e condução da entrevista foi de suma importância, pois o depoimento embora versasse sobre o passado, estaria carregado do tempo presente, principalmente porque muitos dos entrevistados continuam atuando na rede municipal de creches ou aposentaram-se faz pouco tempo.

Ter lido e problematizado as fontes antes de realizar as entrevistas foi fundamental para que pudesse escolher melhor as perguntas a fazer ao entrevistado, assim como ter tido a possibilidade de entrevistar esta gama de depoentes enriqueceu meu conhecimento sobre o período e possibilitou a compreensão do período histórico analisado, concordando com Bosi:

Quanto mais o pesquisador entra em contato com o contexto histórico preciso onde viveram seus depoentes, cotejando e cruzando informações e lembranças de várias pessoas, mais vai-se configurando a seus olhos a imagem do campo de significações já pré-formada nos depoimentos. (BOSI, 1993, p. 283).

³ A referência feita pela autora ao conceito monumento se remete aos estudos de LE GOFF: O documento é antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz deve ser em primeiro lugar analisado desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. [...] um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos (1984, p. 102).

As entrevistas apontaram pistas históricas, contradições e tensões acerca da proposta pedagógica e administrativa da rede de creches públicas na cidade de Curitiba, mostraram ainda como ocorreu a circulação e a apropriação por estes sujeitos.

A relação entre a proposição e a efetivação de uma prática pedagógica no ambiente da creche ficou evidente, pois foi possível ter contato com a visão do sujeito que planejava o trabalho e também com aquele que o efetivava. Na década de 1990 a Massagem⁴ pra bebês foi uma orientação da PMC para o trabalho com os bebês, sobre isso além do que estava proposto nos documentos escritos foi possível, por meio das entrevistas compreender como uma pessoa que propunha esta atividade a defendia e também como a babá que efetivava na criança a massagem se sentia com tal atividade. Uma babá que atuava na época concedeu entrevista e relatou: “As crianças chegavam a dormir... era maravilhoso! Eu adora fazer! Ah, eu amava fazer! Tirava a roupinha, passava óleo na mão e fazia”. (MENDES, 2015). Este relato traz uma dimensão individual da vivência desta babá, evidente que não pode ser considerado a única representação de uma proposição, mas indica inclusive um sentimento vivido por um dos envolvidos nesse processo. É um ponto de vista de uma memória que é coletiva, como indica Halbwachs:

A memória individual, construída a partir das referências e lembranças próprias do grupo, refere-se, portanto, a ‘um ponto de vista sobre a memória coletiva’. Olhar este, que deve sempre ser analisado considerando-se o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios. (2004, p. 55).

Nesta esteira de memória coletiva e memória individual, o relato de uma das psicólogas responsáveis pela formação das babás explicou porque a PMC estava incluindo em sua proposta para os bebês a realização da massagem: “A massagem é uma comunicação com a criança, a criança não fala, mas a gente precisa falar com ela, quando você toca na criança você passa o seu afeto”. (ROSA, 2015, s/p).

Em ambos os relatos, fica evidente que ocorria a efetivação da proposta nas creches e que ela era bem-vinda, pelo menos para esta babá. Isto só foi possível saber por meio da fonte oral, daí a importância do seu uso nos trabalhos de história da educação. Conhecer o que pensava a babá sobre as propostas da PMC é algo inédito na pesquisa sobre creches de Curitiba, pois as fontes só trazem a proposta e a avaliação da mesma feita pelos técnicos da

⁴ As referências utilizadas pela PMC para a realização da massagem nos bebês que frequentavam as creches foram: AUCKETT, Amélia D. Massagem para bebês. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983. DAVIS, Phyllisk. O poder do toque. São Paulo: Best Seller, 1991. LEBOYER, Frédéric. Shantala: uma arte tradicional: massagem para bebês. 8ª Ed. São Paulo: Ground, 2009.

PMC, assim ouvir as babás é de fato dar voz aos excluídos dos documentos oficiais que tratam das creches em Curitiba. Corroborando com FERREIRA, FERNANDES & ALBERTI quando lembram o papel das fontes orais: “Ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as realidades "indescritíveis", quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir”. (2000, p.33).

Outra proposição pedagógica para as creches naquele período era a atividade do Jogo integrativo⁵, que foi proposta para as crianças de 3 a 6 anos. Mirta Lagaggio Rosa, que era psicóloga da PMC na época e realizava a formação das babás atuantes nas creches foi entrevistada e relatou que uma das dificuldades para elaboração do Jogo Integrativo foi *colocar a educadora no chão*. Pois segundo ela, as babás eram resistentes a esta postura, pois achavam que estar no chão com as crianças as fazia menos importantes. Segundo ela, uma das orientações para realização do jogo era que o adulto não falasse, pois senão ele só mandaria. O educador deveria observar as crianças. As intervenções deveriam ser apenas com o corpo e não com a palavra. Sobre isso ela disse: “Eu como psicóloga tinha mais facilidade, eu mostrava, me sentava no chão e mostrava como fazia”. (ROSA, 2015). O resultado do jogo integrativo segundo ela era que as crianças ficavam mais calmas, pois saíam da rotina rígida que existia nas creches. (Rosa, 2015).

Sobre a realização do Jogo Integrativo nas creches, havia profissionais que não se sentiam totalmente seguros para realizar. Sobre esta questão, a pedagoga Angela Maria Juai, que também atuava na formação das babás das creches relatou:

⁵ Jogo livre baseado nos princípios da psicomotricidade relacional, criado por Daniel Silva, assessor da PMC /Secretaria Municipal da Criança na década de 1990. Não localizei nenhuma outra bibliografia sobre este jogo. O autor da proposta foi entrevistado. Daniel Vieira da Silva é Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (2007), mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná (2002), Pedagogo (UTP - 2000), Psicomotricista (CCT- Curitiba, 1986). Titular da Sociedade Brasileira de Psicomotricidade (SBP- 019/94). Possui formação complementar em Psicomotricidade Relacional (AEER Barcelona, 1993), Análise Corporal da Relação (SIAC França, 1997), Abordagem Terapêutica Sistêmica e Terapia de Energia Abordagem Corporal de Base Bioenergética (NPC - Curitiba, 1987). Autor, dentre outros textos, dos livros "A Psicomotricidade como prática social: uma análise de sua inserção como elemento pedagógico nas creches oficiais de Curitiba (1986-1994)", "Educação Psicomotora" e "Ludicidade e Psicomotricidade", atualmente, além da atividade docente como professor do Centro Universitário Internacional - UNINTER, no Programa de Mestrado - Educação e Novas Tecnologias, leciona em cursos de especialização e formação continuada e é colaborador do Centro de Estudos da Atividade Humana Movimento consciência pelo corpo / Curitiba. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação infantil; educação psicomotora; corpo, educação e trabalho; política e gestão da educação, fundamentos da educação e metodologia da pesquisa. (Texto informado pelo autor na plataforma Lattes. Disponível em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4706154U5>. Acesso em 08/06/2015).

Nós pedagogos tínhamos um pouco de dificuldade... porque o objetivo era realmente fazer uma leitura daquilo que estava ocorrendo lá dentro do jogo, com as crianças e depois até fazer algumas interferências: a criança que precisava de limite, aquele que bate em todo mundo, de você fazer contenção... na realidade, pra te falar a verdade, assim é... os psicólogos adoravam, tinham uma afinidade maior por ser da área, da leitura do comportamento, da interpretação das intervenções, muitas vezes a gente se sentia um pouco perdida, assim... não tinha aquele entendimento, às vezes eu achava que estava 'viajando' quando estava a leitura..... a criança está brincando, não está querendo voltar ao útero da mãe (risos)... tinha umas coisas assim... Nós tínhamos uma psicóloga que era até meio contra... ela não achava que ali era um espaço terapêutico. (2015).

Nestes depoimentos fica clara a tensão existente entre a proposta e a efetivação da mesma, até mesmo pelos próprios técnicos da Secretaria Municipal da Criança (SMCR) que acompanhava, orientava e fazia a formação das babás. Ainda sobre esta tensão, vale ressaltar sobre o depoimento a noção daquilo que o depoente quer lembrar e o que quer esquecer, ou seja:

A memória é uma espécie de caleidoscópio composto por vivências, espaços e lugares, tempos e pessoas, sentimentos, percepções/sensações, objetos, sons e silêncios, aromas e sabores, texturas, formas. Movemos tudo isso incessantemente e a cada movimento do caleidoscópio a imagem é diversa, não se repete, há infinitas combinações, assim como, a cada presente, resignificamos nossa vida. Esse resignificar consiste em nossos atos de lembrar e esquecer, pois é isso a Memória, os atos de lembrar e esquecer a partir das evocações do presente (STEPHANOU; BASTOS, 2009, p. 420).

Assim, uma depoente que defende e outra que critica a mesma proposição estão ao mesmo tempo relembando e esquecendo questões diferentes sobre o mesmo tema. Pois é claro que uma proposição vinda do poder municipal pode ser recebida tanto pelo que ela é, quanto por uma determinação que não tem elo com a prática realizada no cotidiano da instituição que atende às crianças.

No plano da proposição administrativa para as creches de Curitiba, a elaboração da documentação que orientaria o trabalho realizado nas creches de Curitiba, começou a ser produzida entre 1984 e 1986, em 1986 há a divulgação do primeiro manual⁶ que tratava de orientações administrativas e pedagógicas. Sobre a elaboração desse manual, a diretora do Departamento de Atendimento à Criança e ao Adolescente, Schirle Margaret dos Reis, vinculado a secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) declarou:

A gente falava sobre direitos da criança e adolescente e não tinha nada por escrito, assim condensado, tinha lá um projetinho ali, tinha um documentinho ali, tinha um

⁶ Manual de Orientações Técnico Administrativa do Programa Creche, 1986. O Manual contava com orientações administrativas referentes ao funcionamento da creche e funções dos profissionais que atuavam na mesma, assim como orientações pedagógicas referentes a proposta que deveria ser utilizada com as crianças no atendimento oferecido nas creches públicas.

parecer técnico importante, mas nada que reunisse que nós entendíamos que tinha que ter um orientativo para a creche. Ai veio o governo do Roberto Requião e nós com esse grupo fomos criando uma teia, uma rede de técnicos voltados para uma questão e nós entendemos que tinha que ter um manual técnico administrativo. Eu considero esse o primeiro, pois este aqui nos conduz a ter uma creche, um espaço realmente administrativo e tem junto as questões técnicas e está mais completo. É uma criação de um grupo, de uma equipe e a gente tinha que andar com este documento para extrair das experiências práticas o que era melhor. Este documento foi discutido em todas as creches na época. Este documento andou, foi sendo criado e recriado até que ele culmina com um Seminário que foi apresentado este documento e foi entregue neste evento. (REIS, 2014, p.1).

No depoimento de Schirle fica nítida a ideia de que a regulamentação foi resultado de uma prática cotidiana das creches e que também a norma não foi apenas imposta aos funcionários e sim discutida com eles. Esta discussão em grupo mencionada pela depoente é confirmada no Relatório Anual de 1984, produzido pelo Departamento de Desenvolvimento Social (DDS), onde há a menção do estudo realizado para elaboração deste manual. Esta atividade foi assim relatada:

Encontro para definição de documento de Normatização de Creches, em março de 1985: Contando com a participação de 120 funcionários, entre psicólogas, pedagogas, Assistentes Sociais, Administradoras, Representantes dos funcionários de creche, Coordenadores Regionais, Enfermeiros, Médicos, Dentistas, Auxiliar de Saúde e Representantes das Diretorias do Departamento, onde definiu-se um Documento com Normas Técnicas para o trabalho de creche, unificando 5 objetivos de atendimento à criança e estabelecimento de parâmetros para uma linha de atuação comum. (PMC/DDS, 1984, p. 421).

Diante do número de pessoas envolvidas, assim como a multiplicidade de profissionais de diferentes áreas, o Manual pode ser caracterizado como multidisciplinar e também como reflexo de discussões com pessoas de fato envolvidas com o atendimento às crianças em creches. Mais uma vez corroborando com lógica de que a normatização é reflexo da prática social do grupo social envolvido com aquela situação.

Sobre a importância de se ter uma forma padrão de atendimento às crianças nas creches a pedagoga Ingrid Jane Giraldi de Souza, que atuou entre 1980 e 2003 em cargos de gestão das creches mencionou em sua entrevista sobre a necessidade da elaboração deste documento. Assim ela declarou:

Nós não podemos em cada creche trabalhar de uma maneira diferente, eram pessoas que trabalhavam, algumas pedagogas e a gente tinha que dar uma direção pra isso ai. E a gente sabia de algumas normas que estavam espalhadas e a gente resolveu montar essa normatização pra que todas as unidades trabalhassem de uma maneira uníssona. Para que todos os técnicos, todos os administradores tivessem a mesma orientação para aquilo dali. *Por que a gente também gostaria de deixar um documento em cima daquilo que a gente estava fazendo.* Porque naquela época não tinha muita coisa escrita sobre creches. (SOUZA, 2014, grifos meus).

No relato da entrevistada, além da preocupação com a padronização das ações na creche, também fica claro o lugar de gestão que ela ocupava e a intenção de deixar registradas as ações daquela equipe de trabalho, estes documentos de fato cumprem o papel de marcar o legado daquela gestão na história das creches. Assim como o fato de a depoente reforçar esse fato na entrevista pode denotar o entendimento atual que a mesma tem sobre a importância deste grupo de gestores e também de “aproveitar” o momento da pesquisa para marcar este “feito”.

CONSIDERAÇÕES, A MODO DE CONCLUSÃO

As propostas pedagógicas para creches nos anos de 1980 e 1990 são pouco pesquisadas pela historiografia. Há uma preocupação grande com as questões dos jardins de infância e pré-escolas, mas as creches acabam ficando num limbo sem análise, principalmente sobre o que foi proposto para as crianças de 0 a 3 anos. Neste artigo apresento estes indícios do atendimento oferecido a crianças de 0 a 6 anos em creches públicas que não estavam vinculadas as instâncias administrativas do poder municipal vinculadas à educação. Em Curitiba, por exemplo, apenas em 2003 é que as creches passaram a vincular-se a secretaria da educação. Assim sendo, as propostas para as creches foram construídas trazendo a perspectiva da assistência social também. No entanto, concordando com Kuhlmann (1998), isto não quer dizer que não foram educativas. Os relatos aqui apresentados corroboram com o autor, pois mesmo as creches não estando vinculadas a secretaria de educação, estavam sim organizando propostas educativas diferenciadas para o atendimento às crianças de 0 a 6 anos.

A inexistência de pesquisas em amplas bases de fontes e com uma crítica dos documentos referendou interpretações equivocadas produzidas na própria história das instituições de educação infantil, tais como a de que essas instituições não teriam sido educacionais em sua origem. Essa caracterização, de fato, foi utilizada inúmeras vezes desde o final do século XIX (KUHLMANN Jr, 1998, p.7).

Os relatos que tratam da efetivação da proposta também indicam a potência do uso da fonte oral para a explicação historiográfica sobre as instituições e políticas públicas para as crianças de 0 a 6 anos, principalmente porque este atendimento em instituições públicas se efetivou a partir da década de 1970 no Brasil (Kuhlmann Jr,1998). Assim o acesso a estes sujeitos, atores desses fazeres e saberes concernentes a esta faixa etária fica facilitado, pois muitos ainda estão atuando na área.

No contexto local de Curitiba, o uso das fontes orais também é uma ferramenta para recuperar e dar lugar de visibilidade a atuação importante dos sujeitos envolvidos no trabalho realizado nas creches desde 1977, refutando a ideia de que somente a partir de 2003, com a atuação da Secretaria Municipal da Educação é que houve ação pedagógica nas creches, essa ação pedagógica é bem anterior e sem dúvida ocorreu desde a implantação das primeiras creches.

FONTES

JUAI, Angela Maria. *Entrevista concedida à Elisângela Iargas Iuzviak Mantagute*. Curitiba, 26 de maio de 2015.

MENDES, Rosiney dos Santos. *Entrevista concedida à Elisângela Iargas Iuzviak Mantagute*. Curitiba, 01 junho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Relatório Anual de 1984*.

REIS, Schirle Magaret dos. *Entrevista concedida à Elisângela Iargas Iuzviak Mantagute*. Curitiba, 8 de outubro de 2014.

ROSA, Mirta Lagaggio. *Entrevista concedida à Elisângela Iargas Iuzviak Mantagute*. Curitiba, 23 de maio de 2015.

SILVA, Daniel Vieira da. *Entrevista concedida à Elisângela Iargas Iuzviak Mantagute*. Curitiba, 05 de novembro de 2014.

SOUZA, Ingrid Jane Giraldo de. *Entrevista concedida à Elisângela Iargas Iuzviak Mantagute*. Curitiba, 17 outubro de 2014.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Roldão Ribeiro. O uso da história oral na pesquisa em educação no Brasil. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**, 5., 2008, Aracaju. Anais... Aracaju: UFSE, 2008.

BOSI, E. A pesquisa em memória social. **Psicologia USP**, v. 4, n. 1-2, p. 277-284, 1993.

CERTEAU, M. de. **A escrita da História**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FERREIRA, M. de M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (Orgs.). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

JANOTTI, M. L. M. Refletindo sobre história oral: procedimentos e possibilidades. In: MEIHY, J. C. S. (org) **(Re)fletindo História oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996, p.56-62.

JINZENJI, M. Y.; GALVÃO, A. M.; SILVA, S. A. Memórias sobre a infância no meio rural: a escola e os outros espaços de sociabilidade (Minas Gerais-Brasil, 1920-1950). **Revista Portuguesa de Educação**, v. 25, n. 2, p. 09-33, 2012.

KUHLMANN JUNIOR, M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LE GOFF, J. *Documento/monumento*. **Enciclopédia Einaudi**, v. 1: Memória - História, s/l (Portugal), Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

STEPHANOU, M e BASTOS, M. H. C. História, Memória e História da Educação. In: **Histórias e Memórias da educação no Brasil**, vol. III. 3ª Ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2009. p. 416-429.

UNGLAUB, T. R. R. Ecos de memória da melodia nacionalista entoada em escolas catarinenses. In: **33ª Reunião Anual da ANPED - Educação no Brasil: o balanço de uma década**, 2010, Caxambu. Educação no Brasil: o balanço de uma década. Caxambu/MG: Clone Carioca Serviço de Multimídia Ltda., 2010.